

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO CRÍTICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO PLATAFORMIZADO, SAÚDE E SEGURANÇA NO SETOR DE ENTREGAS E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM MOTOCICLETA

Leonildo Santos do Nascimento Junior¹

Ariana Nogueira Rodrigues de Oliveira²

Camilla Araújo da Silva³

Raynara Samille Guerra Oliveira⁴

Fernanda Diniz de Sá⁵

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo descrever ações desenvolvidas por um projeto de extensão universitária, com base na educação popular e organização de classe, voltadas para a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras inscritos em plataformas que atuam no setor de entregas e transporte de passageiros com motocicleta. Numa perspectiva dialógica e participativa, foi implementada uma ação educativa organizada em 5 módulos temáticos que foram realizados de julho a agosto de 2024, na cidade de João Pessoa-PB, em encontros presenciais com frequência semanal. Essa experiência educativa integrou uma das metas de um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba. Em avaliação, através da observação das pessoas participantes e registros de diários de campo, ressalta-se a importância da ação pedagógica como estratégia de criação de espaços coletivos em que sejam discutidos aspectos sobre saúde, segurança e direito do trabalho através de uma metodologia alicerçada no contexto real da classe trabalhadora em questão. Destaca-se, ainda, o potencial emancipatório de atividades dessa natureza contra a precarização promovida pelo trabalho mediado por plataformas digitais no mercado de trabalho contemporâneo.

Palavras-chave: trabalho plataformizado, saúde do trabalhador, educação, segurança no trabalho.

¹ Doutor em Fisioterapia. Professor Adjunto da Universidade Federal da Paraíba. leonildo.santos@academico.ufpb.br

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em direitos humanos, cidadania e políticas públicas. Coordenadora de educação para o trânsito - DETRAN PB.

³ Graduada em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Graduada em Fisioterapia pela Universidade Federal da Paraíba.

⁵ Doutora em Sociologia. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. fernanda.sa@ufrn.br

Introdução

A informalidade, que antes era vista como exceção por influência do desenvolvimento do país e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem sido cada vez mais presente no mercado de trabalho, atraindo grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego no Brasil⁶. Nesse escopo, o fenômeno chamado de “plataformização”, que engloba diversas ocupações de prestações de serviços mediadas por aplicativos, tem sido apontado como um propulsor de modificações nas relações trabalhistas e na garantia de direitos à classe trabalhadora⁷.

Altos índices de espaços de trabalho ocupados por trabalhadores com motocicletas, em nosso país, não é um ocorrido recente, mas nos últimos anos os dados apontam para um crescimento vertiginoso de inscrições em plataformas, em detrimento da queda do número de postos formais na mesma ocupação⁸. Alguns fatores são tratados como geradores desse fenômeno no país, tais como a fragilidade que o mercado de trabalho formal apresentou até 2023, evidenciada por altas taxas de desemprego junto à trabalhadores e trabalhadoras⁹, assim como a popularização – principalmente nos grandes centros urbanos – do uso dos aparelhos móveis com acesso à internet e a possibilidade de inscrição nas plataformas.

No entanto, um marco histórico no processo de expansão desse modelo neoliberal, refere-se ao surgimento da pandemia da covid-19, pois a imposição do distanciamento social como medida sanitária colocou a utilização das entregas em domicílio como principal estratégia de consumo, levando a uma demanda maior de força de trabalho nessa ocupação. Os dados apresentados por Carvalho e Nogueira³ apontam, na PNAD covid-19, em dados de 2022, que das cerca de 900 mil pessoas que trabalhavam com motocicleta, quase 400 mil encontravam-se fora do mercado formal de trabalho.

⁶ ABÍLIO, L. C. Uberização: informalização e o trabalhador *just-in-time*. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021.

⁷ CHERRY, M. A. (2016). Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, 577–602, 2016.

⁸ CARVALHO, S. S. D.; NOGUEIRA, M. O. Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, 2024. p. 77.

⁹ SANTOS, K. M. **O nosso sofrimento é maior do que a gente expressa**: as condições laborais dos entregadores por aplicativo no Distrito Federal. *Laborare*, v. 6, n. 10, 150-163, 2023.

Antes dessa modalidade de trabalho tornar-se um tema a ser problematizado, Luna e Oliveira¹⁰ descreviam como precária a situação de trabalhadores com motocicletas, destacando as jornadas exaustivas de trabalho (sendo raro o dia em que não excedem 11 horas de trabalho), o risco de assaltos e acidentes de trânsito (trabalho), perseguições promovidas pelos órgãos de vigilância, manifestações de discriminação por parte de diversos segmentos da sociedade local, exposição a riscos físicos como o calor e o ruído, além de adoecimentos relacionados ao trabalho (problemas na coluna vertebral, circulatórios e transtornos mentais). Amaral et al.¹¹ referem que esses riscos persistem, independente da formalização ou não, no entanto são agravados pela vulnerabilidade jurídica que os entregadores “plataformizados” enfrentam.

Rodrigues¹² chama atenção, também, para o crescente número de acidentes de trânsito envolvendo motociclistas no período da pandemia da covid-19. Salientando que, nesse período, o distanciamento social diminuiu a circulação de pedestres e automóveis nas ruas. Só no estado de São Paulo (localizado na região sudeste, onde se concentra o maior número de trabalhadores em aplicativos no Brasil) o número de acidentes com motociclistas representava 50% do total e 40% dos óbitos oriundos de eventos de trânsito.

Nesse cenário, quando se pensa em educação em saúde e políticas de saúde do trabalhador e da trabalhadora, torna-se desafiador o desenvolvimento de estratégias de conscientização crítica, cuidado à saúde e cidadania, para quem se encontra em condições de informalidade e/ou de trabalhos em plataforma pois a atenção à saúde e segurança de trabalhadores e trabalhadoras, na legislação trabalhista brasileira, é garantida pela formalização do trabalho.

Desse modo, esse artigo tem como objetivo descrever ações desenvolvidas por um projeto de extensão universitária, com base na educação popular e organização de classe, voltadas para a emancipação de trabalhadores e trabalhadoras inscritos em plataformas que atuam no setor de entregas e transporte de passageiros com motocicleta.

¹⁰ LUNA, J. P.; OLIVEIRA, R. V. de. A nova reprodução do trabalho precário e os mototaxistas de Campina Grande. **RELET-Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 16, n. 25, 91-120, 2011.

¹¹ AMARAL, E. G. et al. Riscos ocupacionais no trabalho de motociclistas profissionais de entregas rápidas. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 11, n. 69, 8526-8546, 2021.

¹² RODRIGUES, M. M. Acidentes de trânsito e pandemia: um retrato da precariedade das condições de trabalho do motoboy entregador. **Palavra Seca**, v. 1, n.1, 148-166, 2021.

Os caminhos da experiência educativa

Essa experiência educativa integrou uma das metas do projeto de extensão “Mobiliza SST: mobilização, saúde e segurança de trabalhadores e trabalhadoras que usam motocicleta na região metropolitana de João Pessoa-PB” desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba. Foi organizada em 5 módulos temáticos, realizados de julho a agosto de 2024, na cidade de João Pessoa-PB, em encontros presenciais com frequência semanal. O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) da Paraíba colaborou com a proposta disponibilizando servidores para atuar na facilitação dos módulos e na certificação das trabalhadoras e trabalhadores participantes.

Os módulos temáticos abordaram questões relacionadas à saúde, segurança no trabalho, direitos laborais e organização coletiva. Foram cinco módulos temáticos, cada um com objetivos específicos e estratégias metodológicas adaptadas com vistas à facilitação da aprendizagem dialógica para as pessoas participantes, dentre as quais: rodas de conversa, oficinas dinâmicas de grupo e problematização de situações cotidianas. Considerando que uma das limitações para execução dessa formação seria a dificuldade de engajamento contínuo dos participantes, devido às longas jornadas de trabalho e à rotina exaustiva, buscamos realizar as atividades em horários flexíveis e negociados previamente com os (as) participantes envolvidos.

As etapas e os procedimentos metodológicos que orientaram a realização dessa proposta adotaram como abordagem os princípios da educação popular, conforme propostos por Paulo Freire, e integrou práticas participativas, diálogo crítico e construção coletiva de conhecimento, de modo a valorizar o conhecimento prévio dos (as) participantes¹³. Além disso, incorporou elementos da educação para associação de classe, visando fortalecer a organização coletiva e a luta por direitos trabalhistas.

O convite aos participantes foi feito em parceria com associações de trabalhadoras e trabalhadores da região metropolitana de João Pessoa-PB. Participaram dessa experiência de formação 59 trabalhadoras e trabalhadores motociclistas que atuam em entregas e transporte de passageiros com motocicleta, mediados por aplicativos. O perfil sociodemográfico das trabalhadoras e trabalhadores participantes teve como maioria trabalhadores do sexo masculino com 62,7% (n=37), apresentando prevalência de autodeclarados pardos com 52,5% (n=31) e da população jovem com faixa etária entre 20 e 35 anos com 76,2% (n=45).

¹³ FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Para apreensão das experiências, percepções e transformações vivenciadas pelos participantes foram utilizadas as seguintes estratégias: 1) observação participante, na qual os (as) facilitadores (as) do projeto registraram as interações, discussões e dinâmicas realizadas durante os módulos; 2) grupos focais, ao final de cada módulo, para discutir os temas abordados e avaliar o impacto das atividades; e 3) diários de campo, nos quais as bolsistas do projeto foram incentivadas a registrar suas reflexões e aprendizados, que foram compartilhados e discutidos coletivamente.

Conscientização crítica sobre as condições de trabalho, saúde e segurança para o fortalecimento da organização coletiva

O trabalho plataformizado é um dos pilares do capitalismo de plataforma, modelo econômico que se baseia na intermediação digital de serviços¹⁴. No setor de entregas e transporte de passageiros por motocicleta, esse modelo se traduz em condições laborais precárias, marcadas pela falta de proteção social, jornadas exaustivas e remuneração variável¹⁵ que, contudo, muitas vezes é relativizada pelos trabalhadores e trabalhadoras dessa categoria. Como aponta Harvey¹⁶, o neoliberalismo criou um ambiente propício para a expansão desse tipo de trabalho, caracterizado pela flexibilização das relações laborais que ludibria a classe trabalhadora e reduz seu arcabouço de direitos concomitantemente.

Essa experiência educativa foi gestada enquanto ideia considerando essas questões e problemáticas do próprio cotidiano e da rotina da classe trabalhadora em questão, levando a uma integração participativa e dialógica dos trabalhadores e trabalhadoras e das instituições que integraram o projeto. A educação para a saúde e para a cidadania foi adotada como uma estratégia fundamental para buscar promover o enfrentamento aos

¹⁴ SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Polity Press, 2017.

¹⁵ De STEFANO, V. The Rise of the “Just-in-Time Workforce”: On-Demand Work, Crowdwork, and Labor Protection in the “Gig-Economy”. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, 471–504, 2016.

¹⁶ HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford University Press, 2005.

desafios vivenciados pelas trabalhadoras e trabalhadores motociclistas que se encontram cadastrados em plataformas. Programas educativos podem ajudar a promover práticas seguras de condução, conscientizar sobre os riscos ocupacionais e fortalecer a capacidade dos trabalhadores de reivindicar seus direitos¹⁷. Além disso, acreditamos que a educação para a cidadania pode empoderar esses trabalhadores e trabalhadoras, incentivando a participação em associações de categoria e movimentos sociais que lutam por melhores condições de trabalho¹⁸.

Como etapa exploratória e para garantir a participação da classe trabalhadora em todo o processo de construção da proposta, a equipe do projeto de extensão, composta por bolsistas e professores, realizou visitas de campo de observação participante nos locais de concentração de trabalhadoras e trabalhadores, buscando apreender as suas demandas para, posteriormente, pensar em temas/questões de interesse a serem abordados nas atividades educativas. Após essa etapa, em parceria com gestores do DETRAN-PB, uma versão preliminar dos temas/questões a serem abordados nos módulos educativos foi elaborada para ser apresentada a lideranças das associações e grupo de trabalhadores e trabalhadoras para apreciação, ajustes e considerações.

Nessa etapa consultiva, abrimos ainda uma caixa de sugestões sobre a proposta em grupos de discussão que concentram um número importante de trabalhadoras e trabalhadores em redes digitais. Recebemos os apontamentos e as críticas, assim como as sugestões quanto ao tempo de cada seção, horários de conveniência para uma maioria de participantes respondentes e local de realização. Além dos temas e objetivos específicos de cada módulo, a metodologia foi igualmente adaptada às sugestões apreendidas das pessoas que responderam à etapa consultiva, de modo a garantir a acessibilidade dos processos de ensino-aprendizagem. Dentre as estratégias pedagógicas utilizadas adotamos rodas de conversa, oficinas, dinâmicas de grupo e problematização de situações cotidianas.

¹⁷ FERNANDES, R. C. P. et al. Condições de trabalho e saúde de motociclistas profissionais: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45, e16, 2020.

¹⁸ Cherry, M. A. Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work. *Comparative Labor Law & Policy Journal*, v. 37, n. 3, 577–602, 2016.

A maior parte das demandas apresentadas na etapa consultiva pôde ser acatada para a execução da proposta. Feitos os ajustes pertinentes, a etapa de execução constou dos seguintes módulos, que foram organizados em torno das temáticas:

Legislação do trânsito nos logradouros públicos e nas rodovias federais, que teve como objetivo proporcionar educação sobre leis e condução segura em logradouros públicos e rodovias federais a trabalhadores e trabalhadoras que usam motocicleta para realizar entregas mediadas por aplicativos.

Direitos, ética e cidadania para organização coletiva, que teve como objetivo discutir aspectos éticos, do campo dos direitos e da cidadania como estratégia de mobilização coletiva para a classe trabalhadora.

Ergonomia e saúde na condução de motocicletas, que teve como objetivo orientar quanto aos princípios ergonômicos e de saúde postural na condução de motocicletas.

Primeiros socorros no trânsito, que teve como objetivo proporcionar o conhecimento de técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento básico, preciso, rápido e seguro em situações de agravos no trânsito.

Psicologia no trânsito, que teve como objetivo discutir aspectos do trânsito que afetam a saúde mental, bem como estratégias de prevenção e redução de agravos.

Durante as discussões desenvolvidas nos módulos e que emergiram ao longo da experiência educativa, evidenciou-se que o controle algorítmico, assim como analisado por Wood et al.¹⁹ e Rosenblat e Stark²⁰, é uma das principais características com potencial adoecedor vinculadas ao trabalho plataformizado. Nas narrativas das trabalhadoras e trabalhadores, a falta de controle sobre rotas, prazos de entrega e avaliações de desempenho cria uma lógica “*just-in-time*” que pressiona essa classe trabalhadora a assumir riscos para cumprir metas. No contexto do trabalho em motocicleta plataformizado, essa realidade se manifesta, para além da pressão por metas de entrega e

¹⁹ WOOD, A. J.; GRAHAM, M.; LEHDONVIRTA, V.; HJORTH, I. Good Gig, Bad Gig: Autonomy and Algorithmic Control in the Global Gig Economy. **Work, Employment and Society**, v. 33, n. 1, 56-75, 2019.

²⁰ ROSENBLAT, A.; STARK, L. Algorithmic Labor and Information Asymmetries: A Case Study of Uber's Drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, 3758-3784, 2016.

pela falta de vínculos empregatícios, na exposição constante a riscos de acidentes^{21,22}.

Essa dinâmica, segundo Kellogg et al.²³, redefine o controle no local de trabalho, transferindo a responsabilidade pelos riscos para os próprios trabalhadores e trabalhadoras. A motocicleta, como meio de transporte nesse setor, expõe essa classe a riscos ocupacionais significativos, como acidentes de trânsito, mas também foram referidas, pelos trabalhadores e trabalhadoras participantes da experiência educativa, queixas relacionadas à exposição a condições climáticas adversas, longas jornadas de trabalho, falta de locais para descanso e para realização de refeições. Essas questões impactam diretamente na saúde mental, gerando estresse e ansiedade.^{24,25}

Para além disso, nas discussões durante as atividades, evidenciou-se no discurso principalmente das entregadoras, que apesar de estarem em condições de trabalho aparentemente semelhantes, o trabalho das mulheres motociclistas envolve particularidades e vulnerabilidades específicas em virtude das estruturas de gênero que afetam a forma como cada grupo percebe o exercício de suas atividades. Medeiros²⁶ chama a atenção para os fatores que podem influenciar a referida situação, visto que as mulheres apresentam uma posição de medo e riscos no cenário de uma sociedade patriarcal, sem perspectivas de atenção a essas singularidades por parte das plataformas. Na situação apresentada por elas, as mulheres enfrentam dupla jornada de trabalho – a da realização de entregas e a dos afazeres domésticos estruturalmente vinculados a elas – promovendo um desgaste ampliado pela falta de descanso. A precarização do trabalho feminino interfere diretamente em outros aspectos da vida dessas

²¹ GONÇALVES, R. M. A. et al. Trabalho em motocicleta e saúde: uma análise das condições de trabalho e riscos ocupacionais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, e15, 2020.

²² LIMA, M. L. C. et al. Acidentes de trânsito com motociclistas: fatores associados e consequências para a saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 78, 2018.

²³ KELLOGG, K. C. et al. Algorithms at Work: The New Contested Terrain of Control. **Academy of Management Annals**, v. 14, n. 1, 366–410, 2020.

²⁴ SANTOS, A. M. R., et al. Acidentes de trânsito com motociclistas: uma análise dos fatores de risco e impactos na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, 1833–1842, 2020.

²⁵ CAVALCANTE, C. et al. Riscos ocupacionais e saúde mental de motociclistas profissionais: um estudo qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, e00131119, 2020.

²⁶ MEDEIROS, L. V. A. Uma minoria ainda mais vulnerável: uma análise discursiva sobre entregadoras de aplicativo. **Revista Leitura**, v. 69, 247–260, 2021.

trabalhadoras como nas relações familiares e na segurança no trabalho²⁷.

Os registros nos diários de campo, a partir da observação participante, dos debates e grupos focais, retratam o expressivo interesse dos trabalhadores e trabalhadoras durante as atividades conduzidas, lançando luz para as lacunas na oferta de políticas educativas e de formação cidadã junto a essa classe trabalhadora, que vivencia a precariedade do trabalho e a vulnerabilidade de opressões sobrepostas, sem contar com mínimas garantias de direitos instituídos. Nessa etapa avaliativa do processo dessa experiência educativa, entendemos que a participação efetiva de todos os envolvidos representou pilar fundamental para que as ações desenvolvidas durante os módulos do curso pudessem estimular a criticidade dos trabalhadores e das trabalhadoras que usam motocicletas frente aos dilemas enfrentados no cotidiano. Com esse formato de condução do processo, proporcionou-se maior envolvimento das pessoas participantes com as atividades propostas, possibilitando maior efetividade no alcance dos resultados.

Práticas dialógicas de execução e avaliação de ações de educação, como a proposta neste relato, colaboram para que a pessoa trabalhadora exerça sua condição de personagem ativo, independente e autônomo no processo de mudança consciente de hábitos e comportamentos. Destaca-se, por fim, o caráter emancipatório das ações aqui descritas, fomentando a participação política dos trabalhadores e trabalhadoras; pois, travestida de uma prática contemporânea e globalizada que permite a flexibilização saudável do trabalho e o empreendedorismo individual, o modelo algorítmico de gestão do trabalho altera também a compreensão de engajamento e luta por direitos pelos trabalhadores que se encontram em condições semelhantes de precarização. Essa situação, conforme Lacaz et al.²⁸, repercute negativamente na mobilização sindical para o enfrentamento da perda de direitos constitucionais.

²⁷ SOARES, P. E.; de ARAÚJO, A. C. M.; da SILVA FARINHA, E. D. F. A invisibilidade das entregadoras de aplicativo: a uberização como elemento de precarização da divisão sexual do trabalho. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 5, 51611-51641, 2021.

²⁸ LACAZ, F. A. C. et al. Movimento da Reforma Sanitária e Movimento Sindical da Saúde do Trabalhador: um desencontro indesejado. *Saúde em Debate*, v. 43, especial 8 dez., 120-132, 2019.

Considerações sobre a educação para a saúde e para a cidadania como uma ferramenta de enfrentamento coletivo

O trabalho plataformizado de entregas e transporte de passageiros por motocicleta é marcado por condições precárias, riscos à saúde e controle algorítmico, que limitam a autonomia e a cidadania das trabalhadoras e trabalhadores. A educação para a saúde e para a cidadania emerge como uma ferramenta essencial para enfrentar esses desafios, promovendo práticas seguras, conscientização sobre direitos e fortalecimento da organização coletiva.

Este relato de experiência buscou destacar a importância da educação popular e de organização de classe na formação de trabalhadores plataformizados, sobretudo, para a necessidade de abordagens participativas e contextualizadas. Além disso, oferece caminhos para pensar políticas públicas e ações coletivas que promovam a saúde, a segurança e a cidadania dessas trabalhadoras e trabalhadores em situação de precariedade de direitos.